

# **Desenvolvimento Rural: um estudo de caso no Estado da Bahia, Brasil.**

*Claudionor Dutra Neto, MS, Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Doutorando da Universidade de Barcelona, Espanha.*  
*José Luiz Luzón Benedicto, Dr, Professor da Universidade de Barcelona, Espanha.*

## **INTRODUÇÃO**

Os anos 90 revelam um novo papel do Estado Brasileiro na agenda do *desenvolvimento rural*. Em virtude do longo período de crises que caracterizou a década de 80, tornou-se imperativo o processo de avaliação e transformação das políticas relacionadas ao meio rural, buscando principalmente recuperar os principais instrumentos de desenvolvimento rural. Como resultado, tem sido tendência a mudança do núcleo das atividades para a esfera local, onde concretamente ocorrem as relações sociais de produção.

As propostas de desenvolvimento rural apresentavam um amplo enfoque de estratégia agrícola, que previa ocupação e colonização de novas terras, aberturas de fronteiras agrícolas, introdução de novos produtos para o mercado, projetos de irrigação, incentivo à agropecuária, à agroindústria, políticas agrícolas com base em produtos, etc. Este conceito de desenvolvimento rural partia da suposição – que predominou no País durante muitas décadas – de que a tecnologia, aliada ao capital, é que promove o desenvolvimento.

Entretanto, por influências de organismos internacionais e organizações não-governamentais, passou-se a se difundir experiências que se concentravam na busca de soluções a partir da comunidade, significando inclusive menor custo social e maior envolvimento dos produtores. O paradigma da participação e da parceria passa a ser incorporado e sugerido às políticas públicas dos países em desenvolvimento, e como alternativa de solução para os problemas sociais.

A proposta deste trabalho é buscar informações que possibilitem uma análise do processo de desenvolvimento regional promovido pela agricultura no Município da Barra do Choça, Bahia, Brasil, visando traçar perspectivas para um desenvolvimento regional sustentável.

Esse município foi escolhido, considerando tanto pelas suas características físico/naturais de vegetação e edafo-climáticas, quanto suas características sócio-econômicas, principalmente, aquelas relativas ao processo de exploração da terra para agricultura.

## **REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL.**

*“Os projetos de desenvolvimento local representam uma oportunidade de se criar cidadãos competentes, com poder e mobilizados para o bem-estar comum da coletividade. É evidente que quanto mais excluída, mais marginal, mais pobre for uma comunidade, mais difícil se torna o exercício da cidadania” KISIL (2000:149)*

A Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social, a qual foi discutida, em reunião, pela primeira vez com os chefes de Estados e de Governos, a convite das Nações Unidas, elegeu a importância do desenvolvimento social e bem estar da humanidade como os objetivos prioritários para o século XXI.

Através dessa reunião foi reconhecido que a população do mundo tem indicado de várias maneiras que existe a necessidade urgente de resolver graves problemas sociais, especialmente a pobreza, o desemprego e a marginalização social que afetam a todos os países.

Também nesta reunião ficou claro que o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental são componentes de desenvolvimento sustentável independentes e que se fortalecem mutuamente, a qual constitui um marco dos esforços em busca de uma melhor qualidade de vida para todos as pessoas. Um desenvolvimento social equitativo que reconheça que os pobres devem ter o poder necessário para utilizar-se de modo sustentável os recursos ambientais.

No âmbito das Nações Unidas tem surgido nos últimos anos uma série de documentos que enfatizam particularmente os conceitos de desenvolvimento humano, desenvolvimento dos recursos humanos e superação da pobreza. Há tempo tais conceitos fazem parte do acervo de idéias das Nações Unidas, porém sem dúvidas agora adquiriram especial importância, talvez devido à preocupação generalizada pelos denominados “efeitos sociais” da crise. Por este motivo, desempenharão um papel importante nas deliberações da Reunião Especial da Assembléia Geral e na próxima Estratégia Internacional de Desenvolvimento (GURRIERI,1994:45).

Segundo relatos da CEPAL<sup>1</sup> (1992), o êxito em matéria de desenvolvimento social, não resume exclusivamente em política social, assim como o crescimento e política econômica não podem assegurar objetivos sociais de forma isolada de como se constrói a política social. Não é possível alcançar e garantir os direitos econômicos e sociais independentemente da situação econômica. Não só são razões éticas e políticas que fundamentam a necessidade de acabar com as desigualdades sociais; as articulações do desenvolvimento econômico e social e o pleno respeito dos direitos humanos permitem varias sinergias favoráveis: o desenvolvimento econômico condiciona as possibilidades e impactos da política social, enquanto que investimento em capital humano e desenvolvimento social, assim como a maior equidade, cria condições favoráveis para o desenvolvimento econômico e a estabilidade política e econômica.

Investir no ser humano é uma das principais propostas do economista MYRDAL, (1974:407) ele aponta que nenhuma investigação sobre a pobreza nas nações poderia ser completa se não estiver um estudo de qualidade da vida dos seres humanos. E os elementos básicos para este estudo são a saúde e a educação. Ele afirma que para um ser humano melhorar sua vida econômica e social é necessário ter uma atenção especial nas questões sanitária e de educação. Só que para atingir esses parâmetros não é fácil, pelo fato de ser muito difícil medir rigidamente com precisão estas qualidades.

Aproximadamente 72% de 1 milhão de pobres identificados pelo Banco Mundial, vivem em zonas rurais. O acesso às necessidades básicas da população como: cuidados médicos, consumo de água potável, educação, é mais dificultoso pelas populações rurais que pelas populações urbanas. Por isso mesmo é nas áreas rurais que aparecem os maiores problemas de desnutrição, mortalidade infantil e menor esperança de vida.

Ainda sobre a idéias de desenvolvimento pode-se observar como KISIL (2000:133) debate sobre o assunto e resumi em duas posições principais: a primeira posição leva em conta os resultados do desenvolvimento em termos de objetivos como crescimento, ou igualdade, da geração e distribuição da renda ou de bens e serviços sociais básicos. A Segunda posição está relacionada com o próprio processo de desenvolvimento, estando preocupada com a intensidade com a qual estas atividades

---

<sup>1</sup> - Elaborada pela CEPAL 2000, na versão definitiva: Equidad, desarrollo y ciudadanía. No item Los principios rectores, sub item el carácter integral de la política social.

são direcionadas e gerenciadas pelas instituições governamentais, e não-governamentais, na participação dos setores públicos e privados, na relação entre os poderes, estaduais e municipais, no próprio papel do cidadão como co-participante das decisões sobre desenvolvimento.

Pelas experiências obtidas pelo Banco Mundial nos programas de desenvolvimento rural, é importante destacar que em muitos desses programas não houve resultados positivos por ter sido aplicado os créditos de formas erradas, principalmente para produtores que estão bem situados, ao invés de destinar aos produtores pobres. É importante também observar que para que ocorram resultados positivos é importante envolver as comunidades locais.

Entretanto, é a teoria do desenvolvimento endógeno que focaliza, com toda atenção, a questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção. O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 70, quando as propostas de desenvolvimento da base para o topo emergiram com maior notoriedade. Desde então, esta corrente evoluiu com a colaboração de novos enfoques ao problema do crescimento desequilibrado.

Na década de 90, a principal questão do modelo de desenvolvimento endógeno se concentrou em tentar entender porque o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo elas dispostas nas mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. A solução seria procurar encontrar, entre estes fatores, aqueles determinados dentro da região.

Neste caminho, a contribuição da teoria endogenista foi identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinadas dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

## **ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DEMOGRÁFICOS.**

O município da Barra do Choça, faz parte da região do semi-árido do sudoeste da Bahia, Brasil, está compreendido em uma área de 545 km<sup>2</sup>, tem como coordenada geográfica 14° 52' latitude sul, 40° 39' longitude oeste apresenta o clima Aw (Koppen) tropical quente e úmido de savana, com chuvas periódicas concentradas no período correspondente ao verão do hemisfério sul, comporta-se como intermediário entre o tipo Bsh, seco e o Am, chuvoso, apresenta com uma temperatura média de 19,6 °C. Nessa área, existem resíduos da Mata Atlântica, possivelmente estabelecida em clima antigo, mais ameno e um maior índice pluviométrico chegando a 1.350 mm por ano, com inverno chuvoso, ocorrendo uma maior reserva de água subterrânea nos sedimentos, que pode ser utilizada para irrigação de pequenas áreas mais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura e pecuária.

A população total do Município, em 1940, era de apenas 750 habitantes, em 1960, já alcançava o número de 1.382 e, em 1970, de 8.904 habitantes, dos quais 1.503 (16,88 %) viviam na área urbana e 7.401 (83,12%) na zona rural. Em 1980, a população local passou para 20.503 habitantes, sendo 6.414 residentes na área urbana e 14.089 na zona rural, com uma taxa de urbanização de 31,28%.

O município entra na década de 90, apresentando um crescimento demográfico avançado, com um grande aumento da população principalmente na zona urbana: em 10 anos, de um total de 24.768

habitantes, 11.599 eram residentes da zona urbana, o que equivale a uma taxa de urbanização de 46,83%. A zona rural, ao contrário, teve uma diminuição na sua população, de 14.089 habitantes em 1980, para 13.669 habitantes em 1991. Em 1996, a população total do município era de 38.669 habitantes, com 16.784 na área urbana (43,4%) e 21.885 na zona rural (56,6%), ampliando o percentual de ruralização em 3,43%, de 1991 a 1996, efeito que se atribui à lavoura cafeeira.

No censo de 2000, a população da Barra do Choça era de 40.810 habitantes, sendo que 23.080 na zona rural e 17.730 na zona urbana, apresentado uma taxa de crescimento anual de 0,98%. Demonstra através desses dados que a população do Município ainda está muito vinculada à produção agrícola, principalmente pela atividade cafeeira.(IBGE, 2000).

Em 1980, as propriedades agrícolas do Município, com menos de 100 hectares, somavam um total de 80,4%. Ainda segundo os dados da Tabela nº 1, pode-se constatar que, nos anos estudados, ocorreu a predominância das propriedades com áreas de 20 a 100 hectares.

Tabela nº 1 – Estabelecimentos agrícolas – Barra do Choça, Ba – 1970/1975/1980.

Grupos de áreas	1970 - % de propriedade.	1975 - % de propriedade.	1980 - % de propriedade
Menos de 20 ha	16,0	22,2	9,8
De 20 a 100 ha	63,8	55,5	70,6
De 100 a 500 ha	18,0	20,3	17,7
De 500 a mais	2,2	2,3	1,9
Total	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - Bahia, 1970, 1975 e 1980.

A Tabela nº 1 - demonstra que as propriedades com menos de vinte hectares reduziram quase pela metade entre 1970 a 1980, apesar de ter havido um crescimento do número de pequenas propriedades durante o período de 1970 a 1975, esse crescimento pode ter ocorrido pela intenção dos pequenos produtores de querer plantar café financiado. Mas, talvez devido às dificuldades encontradas na obtenção do crédito, principalmente pelas exigências dos agentes financeiros quanto às garantias, os produtores foram levados a vender suas terras.

Através dos dados, pode-se observar, também, uma queda de 63,8% para 55,5% das propriedades entre 20 a 100 ha no ano de 1970, em relação ao ano de 1975, e, voltou a crescer no ano de 1980. Durante o período de 1970 a 1980, manteve-se quase estável a participação das propriedades com 100 a 500 ha e das com mais de 500 ha.

A Tabela nº 2 - demonstra que as áreas de lavouras cresceram progressivamente entre 1970 e 1980. Esses dados permitem observar que as áreas com lavouras ocuparam grande parte das áreas com pastagens das propriedades, em relação ao ano de 1970. As áreas com matas tiveram um decréscimo, durante o período de 1970 a 1980, caindo de 23,5% para 21,4%.

Tabela nº 2 – Utilização das terras, Barra do Choça, Ba – 1970/75/80. (em %)

Utilização das Terras	1970	1975	1980
Áreas de lavouras	5,5	14,6	19,0
Áreas de Pastagens	57,2	48,0	42,4
Áreas de Matas	23,5	15,4	17,2

Fonte: Censo Agropecuário – Bahia, 1970/75/80.

## IMPACTOS PROMOVIDOS PELA AGRICULTURA.

Os impactos promovidos pela agricultura são vários, tanto nas relações sociais e econômicas como nas relações ambientais e políticas.

Quanto às questões em relação ao trabalho as propriedades rurais estão bem definidas, segundo dados da Tabela nº 3, em média, 78,4% delas trabalham com empregados contratados, e somente 21,6% das propriedades, em média, trabalham com pessoas da própria família.

Pelo Quadro nº 2, pode-se observar, pelas médias, que 10,2% das propriedades têm seus empregados com carteira assinada; 56,3% trabalham com parte dos empregados com carteira assinada e parte sem carteira assinada; 0,4% trabalha com meeiros; 11,5% sem nenhum empregado com carteira assinada e 21,6% trabalham com mão-de-obra familiar.

Somente 10,2% das propriedades apresentam seus empregados registrados, os quais tem garantido seus direitos como cidadãos, especialmente os direitos trabalhistas. Esse passa a ser um dos maiores problemas nas relações de trabalho no Município, pois 89,8% das propriedades não estão cumprindo a Lei trabalhista, e levarão no futuro a grandes problemas na área social, principalmente pela falta de garantia aos trabalhadores da aposentadoria. É importante observar também os pequenos proprietários quanto a essa questão da previdência social, pois estes estão representados por 62,2% que trabalham com a mão-de-obra familiar nas propriedades e, com certeza, terão os mesmos problemas dos empregados sem registro.

Cabe ressaltar que como a presença da mão-de-obra familiar é relevante nas pequenas propriedades, 62,2% das mesmas utilizam desse trabalho para conduzir as lavouras, o que demonstra ainda ser esta uma das principais características da pequena produção familiar, como apontam os autores MOREIRA (1999), MELO FILHO (1999), FIGUEIREDO (1989), dentre outros.

Outro impacto importante observado neste trabalho foi como a agricultura contribuiu para as mudanças dos pequenos produtores, pois estes passaram a inserir na cadeia produtiva, pois no passado, na década de 70 e 80, esses pequenos produtores estavam como empregados rurais, hoje eles estão participando juntamente com seus familiares no processo produtivo de forma organizada, são vinte associações atualmente no Município com 788 pequenos produtores. Talvez esta tenha sido a maior transformação ocorrida na área produtiva do município.

Tabela 3º – Mão-de-obra utilizada nas propriedades rurais com café (em%).

Discriminação	Peq. Prod.	Médio Prod.	GrandeProd.	média
Todos empregados fixos com carteira assinada	0	7,6	23,0	10,2
Parte fixa, com carteira assinada e parte sem carteira, temporários.	20,2	79,5	69,3	56,3
Meeiros/ Parceiros	1,2	0	0	0,4
Nenhum empregado com carteira assinada	16,4	10,3	7,7	11,5
Mão-de-obra Familiar	62,2	2,6	0	21,6

FONTE: Dados dessa Pesquisa

Através dos dados coletados nesse trabalho, se observam grandes transformações ocorrerem no Município, tais como: crescimento da população; aumento da arrecadação municipal; rodovia asfaltada; escolas; hospital; aumento na produção agrícola; melhoria no bem estar social; inclusão dos pequenos produtores no contexto da produção agrícola; reforma agrária espontânea; aumento na oferta de

empregos etc. Todavia, esse crescimento que, ao primeiro momento, parece muito positivo, apresenta alguns fatores que contribuem negativamente como o desmatamento acentuado, uso contínuo de agrotóxico, degradação dos solos, implantação de monocultura, modelo tecnológico centrado no reducionismo, poluição das águas, etc.

A Tabela a seguir apresenta a opinião dos produtores sobre as transformações ocorridas no Município de Barra do Choça.

Tabela nº 4 – Opinião do produtor sobre as mudanças ocorridas no Município (em%).

Discriminação	P. pequeno	P. médio	P. grande	média
Melhorou as estradas	86,0	100	61,6	82,5
Aumentou a oferta de empregos	91,1	92,3	100	94,4
Diminuiu a pobreza	56,9	92,3	61,5	70,2
Melhorou a infra-estrutura básica	79,7	87,1	61,5	76,1
Melhorou renda	75,9	97,4	61,5	78,2

FONTE: Dados dessa Pesquisa.

(\*) A infra-estrutura básica contida no questionário são: escola, hospital, lazer, energia e água.

Os dados a respeito das mudanças ocorridas no Município da Barra do Choça, dentro do prisma do produtor rural demonstram que, em média, 82,5%, dos produtores acham que as estradas internas do Município melhoraram, 94% acharam que aumentou a oferta de empregos, 78,2% afirmaram que melhorou a renda. Em relação à infra-estrutura básica, 76,1% dos produtores afirmaram que melhorou. Dentro do aspecto relacionado com a pobreza, 70,2% do entrevistados disseram que houve diminuição no Município da Barra do Choça.

Tabela nº 5 - - Principais reivindicações dos produtores. (em %)

Discriminação	Pequeno produtor	Médio produtor	Grande produtor	Média
Mais verbas	83,5	94,8	84,6	87,6
Orientação técnica	69,2	71,7	92,3	77,7
Novas tecnologias	72,1	74,3	92,3	79,5
Energia elétrica	54,4	61,5	38,4	51,4
Maquinas e implementos	43,0	28,2	38,4	51,4
Escolas	45,4	66,6	53,8	55,3
Construção e manutenção da estradas	67,0	84,6	69,2	73,6
Lazer	36,7	28,2	7,6	24,1
Melhores professores	36,7	46,1	38,4	40,4
Incentivo a cultura e o esporte	40,5	41,0	53,8	45,1

Fonte: Dados dessa pesquisa

Quanto às reivindicações dos produtores, Tabela nº 5, a que apareceu com maior frequência foi “mais verbas” com 87,6% em média, seguido de “novas tecnologias” com 79,5% e “orientação técnica” com 77,7%. Outra reivindicação que também se destacou foi à construção e manutenção de “estradas” com uma média de 73,6%. A que apareceu com menor frequência refere-se ao item “lazer” com 24,1%.

Pelas reivindicações, percebe-se que o Município ainda tem muitos problemas a serem resolvidos, os produtores apesar de acharem que houve melhoria, não estão satisfeitos nas questões básicas como estradas, escolas, melhores professores e incentivo à cultura e o esporte.

De acordo com os dados levantados pela entrevistas junto aos produtores, 98% são do sexo masculino. Em relação à idade dos produtores, observa-se na Tabela nº 6, que pela média a grande maioria, 45,1%

estão com a idade entre 41 a 60 anos, média que esta próxima dos resultados da pesquisa que foi feita no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas, publicada na Revista Panorama Rural<sup>2</sup>, onde informa que a idade média dos produtores brasileiros está em torno de 52 anos de idade. Esta mesma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas conclui que as faixas de menor idade quase não estão presentes à frente dos estabelecimentos agrícolas, o que nos leva à hipótese de que os jovens são o alvo principal das migrações. Pelos resultados da pesquisa, no Município da Barra da Choça, não foram identificados nenhum produtor com idade inferior a 20 anos. Produtores com idade entre 21 a 40 anos apresentaram com uma média de 36,1% e acima de 60 anos a média foi de 18,7%.

Tabela nº 6 – Idade dos produtores de café (em %)

Discriminação	Pequeno produtor	Médio produtor	Grande produtor	média
Menos de 20 anos	0	0	0	0
De 21 a 40 anos	31,7	46,1	30,7	36,2
De 41 a 60 anos	50,6	23,0	61,7	45,1
Acima de 60 anos	17,7	30,9	7,6	18,7

Fonte: dados dessa pesquisa.

## CONCLUSÃO

O advento da agricultura promoveu grandes mudanças no Município. A pobreza e a falta de emprego assolavam a região, que não possuía nenhuma tradição agropecuária, industrial e comercial. A agricultura, e em especial a cafeicultura, surgiu trazendo uma alternativa na geração de emprego e renda, e, concomitantemente, provocou uma mudança espacial na zona rural que se estendeu à zona urbana.

Contudo, esta alternativa não favoreceu inicialmente as populações locais, as quais foram marginalizadas e excluídas do processo produtivo. Dos 7.401 habitantes que moravam na zona rural, em 1970, na época da implantação do café, poucos tiveram acesso ao crédito rural, talvez porque o plano veio de cima para baixo, sem participação e discussão com a população local, ponto extremamente excludente do modelo econômico adotado para implementar o desenvolvimento local. Pelos dados analisados, foi constatado um grande crescimento da população rural do município, a qual passou para 14.089 habitantes, em 1980.

Atualmente, o município apresenta-se com 23.080 habitantes na zona rural e estima-se que das 1.500 propriedades, 1.313 são de café, sendo 788 de pequenos produtores, e a relação habitantes verso pequenas propriedades é de 3,4%, com esses dados pode-se concluir que o pequeno produtor tem se inserido, ainda que de forma modesta, no sistema de produção.

Atrelado às transformações, o Município passou a dispor de infra-estrutura básica como: escolas, hospital, energia elétrica, telefone, água encanada e estradas, principalmente na área urbana. A

<sup>2</sup> Panorama Rural, A revista do Agronegócio. Ano II/ nº15 – maio de 2000. São Paulo-SP. 25-26p.

zona rural ainda necessita de serviços básicos essenciais para alcançar o patamar mínimo na qualidade de vida nas comunidades locais.

## **BIBLIOGRAFIA:**

- BLAIR, H. W. *Modelo para integrar o planejamento de desenvolvimento social e a implementação a nível local*. In: Pobreza : Uma Questão Inadiável – novas resposta a nível mundial. Organizador/ Bernardo Kliksberg. Brasília. ENAP, 1994.
- CAPRA, F. *A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos*. São Paulo, Cultrix, 1996.
- FIGUEIREDO, V. *Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária*. UnB-FINEP. Brasília. 1989.
- GURRIERI, A. Pobreza, Recursos Humanos e Estratégias de Desenvolvimento. In: Pobreza: Uma Questão Inadiável – novas respostas a nível mundial. Organizador/ Bernardo Kliksberg. Brasília. ENAP, 1994
- KISIL, M. *Organização Social e Desenvolvimento sustentável: projeto de base comunitária*. In: 3º Setor : Desenvolvimento Social Sustentado. Organizado/ Evelyn Berg Ioschpe. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.
- KLIKSBURG, B. *A Escala da Pobreza na América Latina*. In: Pobreza: Uma Questão Inadiável – novas respostas a nível mundial. Organizador/ o mesmo. Brasília. ENAP, 1994
- LACKI, P. Rentabilidade na Agricultura: com mais subsídio ou com mais profissionalismo? – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, FAO. Santiago, Chile. 1996
- MELO FILHO, P.A. *Agricultura em pequenas propriedades*. 2º ed. Revista e Atualizada. Brasília: ABEAS, 1999. 94-p.
- MORIM, E. & KERN, A. B. *Terra Pátria*. Lisboa: Instituto Piaget. 1993.
- MOREIRA, R.J. *Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad.. 1999.
- MYRDAL, G. La pobreza de las naciones. Colección Demos. Astel, Barcelona. 1994.
- SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre a Ciência*. Potro: Ed. Afrontamento, 1993.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável/* organizador: Paulo Yone Stoch. – Rio de Janeiro: Garamond, 2000. – Aponta para uma nova forma de civilização, fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos renováveis, não sendo apenas possível, mas essencial.
- YIN, R. K. *Case Study Reserch – design methdo*. California: Sage, 1984.